

AS ESCOLAS PRIMÁRIAS NO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: INFLUÊNCIAS PEDAGÓGICAS (1890-1930)

*Msc. ANA EMÍLIA CORDEIRO SOUTO FERREIRA
emiliasouto2000@yahoo.com.br

*Dr. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO
chc@ufu.br

O presente trabalho tem como proposta apresentar um breve histórico da escola primária no Brasil no período republicano, e ainda dialogar com as idéias do Pensamento Pedagógico Brasileiro. Na tentativa de compreender um pouco a ideologia republicana sobre a história da Escola Primária brasileira, numa perspectiva de educação comparada presente nas mensagens e (leis) dos presidentes dos Estados, de São Paulo, Rio Grande do Norte, e Paraná no período compreendido entre 1890-1930.

Nesse sentido inicialmente esclarecemos que comparar è um recurso principal nas atividades de reconhecer. Conforme (LOURENÇO FILHO, 2004, p. 17). “A Educação Comparada começa por descrevê-los e compará-los entre si, para assinalar semelhanças e diferenças quanto as morfologia e as funções, estejam estas apenas previstas em documentos legais ou alcancem efetiva realização”.

Compactuando da mesma linha de análise (ARAÚJO, 2009, p.346). “Poder-se-ia assim dizer que, na interpretação cultural do passado para o presente, a historiografia está sempre envolta na comparatividade para esclarecer particularidades”.

Pois segundo (MARCH BLOCH, 1983), em relação ao método comparativo [...] “e preciso buscar, para explicar, as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos considerar tanto as semelhanças quanto as diferenças entre os elementos comparados.”

Por fim, é necessário ter em mente de que a comparação implica tanto na busca pelas similitudes, permanências quanto à preocupação com as rupturas, do diferente. Portanto é nessa busca que este estudo tenta compreender um pouco a história da escola primária, tendo por objetivo desenvolver estudos integrados para ampliar as análises histórico-comparativas sobre a escola primária, abrangendo diferentes Estados

* Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

brasileiros, dentre os quais: São Paulo, Rio Grande do Norte e Paraná, no período compreendido entre 1890-1930.

Nesse sentido, o mapeamento da constituição do ensino primário em cada um desses estados configura-se necessário, pois possibilita à interpretação das discussões em torno da educação, o que pode levar a compreensão de como o ideário republicano incorpora em seu discurso a necessidade de se estabelecer o ensino primário.

Analisar e tecer ponderação sobre o republicanismo e a escola primária exige estudos e leituras apropriadas em volta dessa temática. A problemática nesse período era o alto índice de analfabetismo existente no Brasil.

Assim para aprimorar esses índices o governo inseriu novas modalidades de escolas primárias como: Escolas Isoladas, Escola Singular, Escola Distrital, Escola Rural, Escola Urbana, e Escola Modelo, Escola Unitária, Escola das Primeiras Letras, Grupos Escolares, terminologia utilizada ao longo dos tempos e modificados perante o sistema educacional, nas legislações e documentos oficiais, que, no entanto retratam a constituição do Ensino Primário na primeira República.

Conforme (NAGLE 2001) Para combater os 80% de analfabetismo existente naquele período também foram elaboradas políticas governamentais inovadoras respaldando nas concepções da escola nova. O estudo se define a estudar a Escola Primária, não importando qual nomenclatura estabelecida em diferentes documentos e também em diferentes tempos.

São Históricos também o espaço e tempo escolar que foram sendo produzidos diferentemente ao longo de nossa história da educação e se constituíram em dois grandes desafios enfrentados para criar no Brasil, um sistema de ensino primário ou elementar que viesse a atender, minimamente que fossem, as necessidades determinadas pelo desenvolvimento da sociedade e também das reivindicações da população.

Conforme nos e apresentado por Faria Filho:

Os defensores da escola e de sua importância, no processo de civilização do povo, tiveram de lentamente, apropriar, remodelar, recusar tempos e espaços, conhecimentos sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições educação. Mas não apenas isso, a escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez também, em íntimo diálogos

com outras esferas e instituições da vida social. (FARIA FILHO, 2003, p.136)

Portanto esse período se insere na historiografia da educação brasileira como o início da tentativa de consolidação da educação pública, tendo como marco a pedagogia burguesa de inspiração liberal, pois o final do século XIX é um período com algumas conturbações na história do Brasil, marcados, pela Proclamação da República, por uma nova constituição para o país, por um novo o envolvimento das questões políticas, sociais, econômicas e militares, presente no campo da religião e no campo educacional, pela transição do rompimento com questões do antigo regime presente no país, e com uma nova estrutura administrativa com “roupagem diferente”, que almejava a formulação de uma constituição que passasse a representar os novos ideais políticos instalados em 1891.

Pois a Proclamação da República representou o rompimento com um regime político presente e estabelecido anteriormente, e conseqüentemente na busca de um modelo diferenciado do anterior para uma nova estrutura administrativa, com características distintas que buscava representar os novos ideais políticos, assim como vislumbrar, definir e estabelecer diante desse modelo que iniciava uma nova relação de poder.

Percebemos, portanto a defesa da instrução como elemento de integração do povo a nação, fortalecido com a proclamação da República, propiciou a necessidade de produção de uma nova escola, organizada de acordo com os interesses do projeto educacional da nova ordem que se implantava. Nesse período foi atribuída a educação popular o papel de formação do cidadão republicano, consolidando o novo regime e promovendo o desenvolvimento social e econômico. Conforme podemos visualizar segundo Souza:

A escola primária Republicana instalou ritos, espetáculos e celebrações, Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores, e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. (SOUZA, 1998, p. 241).

Nesse sentido a formulação e o ensino são afirmados como valores fundamentais para o indivíduo e sua vida na sociedade e para o exercício de direitos fundamentais à vida do cidadão. A República nasce acompanhada da crença da necessidade de remodelação da ordem social, política e econômica, e da convicção de

que a educação seria o mais forte instrumento para a consolidação do regime republicano e para a construção do país moderno, capaz de oferecer ao povo as condições de sua inserção no regime democrático representativo.

Contudo a defesa de instrução como elemento de integração do povo a nação, fortalecido com a proclamação da República, propiciou a necessidade de produção, de uma nova escola organizada de acordo com os interesses do projeto educacional da nova ordem que se implantava. Nesse período foi atribuída à educação popular a formação do cidadão republicano consolidando o novo regime e promovendo o desenvolvimento social e econômico. Portanto ainda por outro lado a educação popular foi perante o projeto de controle social considerada.

Nessa perspectiva por outro lado, a responsabilidade pela formação integral do povo tanto moral quanto intelectual segundo (SOUZA, 1998, p.27) necessitava “dessa forma um amplo projeto civilizador que foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social”.

Segundo (ARAÚJO, 2006, p.235). “Quando a escolarização primária veio se efetivando em diferentes compassos nos diferentes países, bem como no contexto brasileiro, no que tange a este a primeira metade do século XIX brasileiro se ocupou da unidade nacional do ponto de vista político.”

Ainda conforme (HAIDAR, 1972). “Proclamada à República, esta se viu diante de uma tarefa por fazer, a de configuração da escola pública, seja em nível quantitativo e qualitativo, seja em termos de recursos humanos para socorrê-la, seja por meio de edifícios escolares”. Contudo, mesmo em relação a todos os fatores da instrução popular, referenciado no decreto de 1890, e embora a reforma promulgada em 1892 atingisse a totalidade da instrução pública, sua centralidade ainda era constatada na escola primária. “Segundo Saviani:

E a grande inovação constituiu na instituição dos grupos escolares, criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidos no raio da obrigatoriedade escolar. Anteriormente a essa organização escolar as escolas primárias, eram chamadas também de primeiras letras, essas classes denominadas de escolas isoladas ou avulsas e unidocentes. (SAVIANI, 2005, p.24).

Estas escolas eram estabelecidas isto é uma escola constituída de um professor com uma sala hoje denominada de multisseriada, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferenciados de aprendizagem

em uma mesma sala. E conseqüentemente após a reunião dessas escolas que se originaram, ou seja, foram substituídas pelos grupos escolares. Surge, portanto no bojo do projeto republicano de modernização do povo e de civilização das camadas sociais de massa, um modelo educacional que embora tenha sido implantado em São Paulo primeiramente vai aos poucos se difundindo se propagando pelos demais estados do país.

Conforme podemos verificar segundo (ARAÚJO, 2006, p.236) “a institucionalização* em São Paulo (1894), no Maranhão (1903), em Minas Gerais (1906), no Rio Grande do Norte (1908), no Espírito Santo (1908), na Paraíba (1911), em Santa Catarina (1911), em Sergipe (1916) e em Goiás (1918)”. Segundo (VIDAL 2006, p.7), no Paraná (1903), dessa forma ainda expressa o esforço e a resposta dos republicanos em torno da disseminação da escola pública sob o referido ideário. E pode-se acrescentar uma educação ampla, preocupada não só com ler, escrever, e contar, mas com uma formação moral, com aptidão e o desenvolvimento físico e com o aperfeiçoamento intelectual.

1.1 AS IDÉIAS PEDAGÓGICAS REPUBLICANAS E A ESCOLA PRIMÁRIA

Nos meados do século XX, diante da efetivação dos grupos escolares percebemos conforme salienta (FARIA FILHO 2000), a “escola ganhou notável centralidade, sendo conformada, já nos ordenamentos da lei, como sendo um local específico e adequado para uma educação também específica”.

Sendo que em relação à classificação dos alunos em grupos homogêneos, possibilitando a aprendizagem através do ensino simultâneo, Segundo as observações de (VIÑAO FRAGO, 2001) “fragmentação do currículo em graus e a especialização ou divisão do trabalho dos professores”. O segundo era a edificação dos edifícios escolares distribuído em várias salas e a atribuição a cada professor em uma sala distinta da outra, sob a “supervisão de um diretor.”

¹ A respeito de tais realizações nos diferentes estados citados, conferir respectivamente Souza 1998 (para SP); Andrade 1984(para MA); Faria Filho2000(para MG); Moreira 1997(para RN); E.F.S.P.Silva s/d (para MT); Barreto 1999(para ES); ACF. Pinheiro 2002 (para PA); Nóbrega 2003 (para SC); Nunes 1984 (para SE); e Bretas 1991 (para GO);Uma ressalva ainda segundo Araujo (2006), alguns desses estudos não apresentam como objeto os grupos escolares. Segundo Araujo (2006, p.236).

Conforme (SAVIANI, 2008, p.175) quanto à constituição do trabalho pedagógico na implantação do modelo dos grupos escolares, “cumpre observar que, por um lado a graduação do ensino levava a uma mais eficiente divisão do trabalho escolar ao formar classes com alunos do mesmo nível de aprendizagem.”

Os grupos escolares eram seriados diferentemente das escolas isoladas. Por isso também chamado de escolas graduadas, uma vez que o agrupamento dos discentes se dava de acordo com o grau ou a série em que se situavam o que constituía e implicava em uma crescente forma de conhecimento.

Nesse contexto vislumbram-se as primeiras idéias do pensamento pedagógico brasileiro segundo (GADOTTI, 1994, p.230). Começa a ter autonomia apenas com o desenvolvimento das teorias da escola nova esta escola representa o mais vigoroso movimento de renovação da educação depois da criação da escola pública burguesa. A teoria e prática escolanovistas se difundiram em muitas partes do mundo, produto com certeza de uma renovação geral que valorizava o desenvolvimento e a atividade espontânea da criança. A teoria da escola nova sugeria que a educação fosse investigante da mudança social e, ainda, se transformasse porque a sociedade estava em mudança.

Nessa perspectiva vislumbramos luzes sobre a ampliação das escolas experimentais no Brasil, a Escola Nova viria a indicar no País, condição de parte das iniciativas pedagógicas desenvolvidas entre o fim do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX.

Segundo (DIANA VIDAL, 2000) aponta que as idéias ligadas a uma pedagogia experimental teriam chegado ao Brasil em fins do século XIX, com a adoção do método “Lições de Coisas”. Tal método consistia em usar utilizar como recurso pedagógico recursos visuais como “figuras” como elementos de suporte às aulas.

Esse método consistia em estimular, desenvolver e tornar as lições ministradas nas escolas com aulas mais dinâmicas e concretas. Ressaltamos principalmente a utilização desse método como contribuição às aulas cujos conteúdos estivessem ligados às Ciências da Natureza, demonstrando assim o desenvolvimento provedor de um caráter concreto e de uma orientação calcada na visão positivista de ciência.

Assim “quase até o final do século XIX, o pensamento pedagógico reproduzia o pensamento religioso medieval” (GADOTTI, 1994, p.230). Foi devido ao pensamento iluminista trazido da Europa por intelectuais e estudantes de formação laica, positivista, liberal, que a teoria da educação brasileira pode caminhar mesmo que lentamente.

Nesse sentido segundo (SAVIANI, 2008, p.177), “as primeiras décadas do século XX caracterizaram-se pelo embate das idéias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização considerado o grande instrumento de participação da política”. A modificação do homem, pela educação.

Assim Segundo (GADOTTI, 1994, p.230). Foi, portanto nesse mesmo período que a versão tradicional da pedagogia liberal foi superada pela visão moderna. A concepção humanista moderna de filosofia da educação ganhou força no Brasil principalmente a partir da criação em 1924 foi criada a ABE (Associação Brasileira de Educação), invenção de um projeto liberal de educação que tinha entre outros artifícios, Conforme (NAGLE 2001) civilizar a nação esse movimento era constituído do “entusiasmo pela educação”, um amplo otimismo pedagógico em 1920: reconstruir a sociedade através da educação.

Podemos então perceber que pelo acesso a educação buscava a consolidação dos ideais da democracia representativa e da industrialização. Na análise do autor Jorge Nagle, as mudanças econômicas e culturais pelas quais o Brasil atravessava nos anos de 1910 e 1920, teria condicionado a visão de educação que concebia a escola como sendo o estabelecimento responsável pela difusão do progresso da cultura povo, nesse sentido a Escolarização passava a ser considerada como o “Motor da História”.

Diante desse cenário reformas significativas, realizadas por intelectuais da década de 20, incentivaram o debate da educação nesse período educacional, e também tentando gradualmente superar a educação jesuítica tradicional, conservadora, que se fazia presente e mantinha o pensamento pedagógico brasileiro desde os primórdios.

Assim na década de 1910, dois grupos monopolizavam a apresentavam na educação a bandeira de luta: os Nacionalistas e os Católicos. Tais grupos se constituíam intensamente imbricados, tendo como elemento de ligação principal a ideologia nacionalista havendo inclusive um Movimento Nacionalista Católico.

Mesmo diante dessa ligação ideológica, e da finalidade comum de edificação da identidade nacional, algumas alterações em relação aos meios de programar seus objetivos podem ser destacadas.

No que tange aos Nacionalistas, em específico à “Liga Nacionalista de São Paulo”, compete afirmar que idealizar a educação como um direito político implicava em lutar pela alfabetização do povo, como forma de alterar os quadros eleitorais da época pela ampliação do voto. Em relação aos Católicos, seria correto garantir que na luta pela educação estaria subjacente o interesse de desenvolver a autoridade da Igreja pela via da escolarização das massas.

Assim, constatava que no Pensamento Político-Educacional dos anos 20, a escolarização viria a assumir um papel central. “No que se refere às políticas públicas de educação percebe-se um ensaio de ministrar à escolarização um caráter prático, de modo a substituir o método “ultrapassado” do Império” por uma educação voltada para a “produção de riquezas para a nação”. Assim tais considerações teriam afetado o Ensino Primário, a Escola Normal, o Ensino Profissional, o Ensino Secundário e o Superior.

Nessa perspectiva, teria sido esboçado um cenário propício para o desenvolvimento de ações como “O Inquérito da Instrução Pública de 1926”, conduzido por Fernando de Azevedo, e a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1927. Em especial naquilo que tange a ABE, poder-se-ia afirmar que esta associação seria responsável pela condução dos debates acerca da escolarização em âmbito nacional por parte dos técnicos e intelectuais da educação.

As idéias pedagógicas que prevaleceram no final do Império e que conduziram à proclamação da República também tiveram conseqüências significativas no que tange o ensino religioso. Nas observações de (SAVIANI, 2008, p. 178), “a concepção que se procurava incutir na população, de modo geral, e, em conseqüência, as idéias pedagógicas que conformavam as escolas em que se concretizava a então denominada instrução pública continuavam impregnadas da visão católica.”

Diante do exposto podemos considerar que a hegemonia católica no campo educacional não chegou a ser afetada nem mesmo quando se agudizavam a desordem entre as elites, conforme (SAVIANI, 2008, p.178) “bafejadas pelo ideário iluminista, e o clero, assim como o clero secular, sujeito ao imperador pelo regime do padroado, e os

ditames da Cúria Romana, como se deu desde a ascensão de Pombal até o final do Império brasileiro.”

Mas o aumento das idéias laicas integrados ao regime do padroado desembocou, no término do Império, numa crise de hegemonia cuja expressão mais ruidosa foi à questão religiosa. Salientamos que o episódio com os bispos de Olinda^{*2}, pôs em destaque, para o clero, o conflito entre a submissão ao imperador e a lealdade a doutrina emanada do papado. “Assim o conjunto do conflito é dado pelo “bando de idéias novas”, na expressão [...] representado principalmente pelas correntes do liberalismo e do positivismo abraçadas por parte significativa de nossas elites letradas formadas na Europa”. Apesar de que com a implantação do regime republicano em 1889, cuja conseqüência foi à eliminação do ensino religioso das escolas publicas.

Nessa perspectiva por um lado, esse movimento era considerado uma derrota para a Igreja Católica, já que excluía o lucro de que se beneficiava com a vinculação com o Estado, mas por outro ângulo ela também se fortaleceu segundo (SAVIANI, 2008, p.179) “pela unidade de doutrina e pela autonomia de que passou a gozar diante do poder político.” “Mas a exclusão do ensino religioso das escolas foi algo que a igreja jamais aceitou o que levou a mobilizar todas as suas forças para reverter esse estado de coisas.

Percebemos, então que, tanto o positivismo como o liberalismo, atribui a certas instituições o papel de inculcar no homem, desde a sua infância, os princípios que os fundamenta. A escola, conseqüentemente, a educação, será considerada por essas duas correntes como o meio pelo qual será possível construir a sociedade idealizada por cada uma.

Apesar do pouco entusiasmo que os docentes progressistas brasileiros apresentam pelo pensamento pedagógico positivista, devido as suas conseqüências político-pedagógica, esse trouxe vários subsídios para o desenvolvimento da educação, principalmente pela crítica que desempenhou sobre o pensamento humanista cristão.

Nas considerações de (GADOTI, 1994, p.111). “No Brasil, o positivismo influenciou o primeiro projeto de formação do educador, no final do século passado. O valor dado à ciência no processo pedagógico justificaria maior atenção ao pensamento positivista. E inegável sua contribuição ao estudo científico da educação.”

^{*2} Esclarecimentos em relação a esse movimento verificar SAVIANI, 2008, p.179.

Diante do exposto Ressaltamos que por escola nova hoje, segundo (LOURENÇO FILHO, 1930), compreende-se como “um conjunto de doutrinas e princípios tendentes a rever, de um lado, os fundamentos da finalidade da educação, de outro, as bases de aplicação da ciência à técnica educativa.”

Esclarecemos ainda que esse breve ensaio foi significativo para poder compreender um pouco as idéias pedagógicas e suas influencias para escola primária no Brasil, principalmente com um enfoque no positivismo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José C. S. **Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica.** In: VIDAL, Diana G. (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

ARAÚJO, Marta Maria de **História(s) Comparada(s) da Educação** (org.) Brasília: Líber Livro/UFRN, 2009.394 p.

FARIA FILHO, Luciano M. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Passo Fundo: UPF, 2000.

_____ **Instrução elementar no século XIX:** In Eliane, Marta Teixeira; FARIA FILHO Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive (orgs). 500 anos de educação no Brasil.3 ed.1, Belo Horizonte, Autentica, 2003.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas,** São Paulo: Editora Ática, 1994. ISBN, 850804436 4

Haidar, Maria de L.M. (1972). **O ensino secundário no império brasileiro,** São Paulo: Editores Salles Oliveira, Rocha & Cia. DP&A.

FILHO, Carlos M. R. Lourenço. **Educação Comparada.** 3. ed. Brasília-DF: INEP/MEC, 2004.

_____ **Introdução ao estudo da escola nova** São Paulo, Melhoramentos 1930. In GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas,** São Paulo: Editora Ática, 1994. ISBN, 850804436 4

MARC, Bloch, 1983. **Os Métodos da história** In CIRO FLAMARION, Cardoso e HECTAR Perez Brignoli: tradução de João Maia, Rio de Janeiro: Edições Graal. 1983-3º edição (Biblioteca de História: v 5).

NAGLE, Jorge (2001). **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro. SAVIANI, Demerval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. **Reflexões sobre o ensino e a pesquisa História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**/In Décio Gatti Júnior, Geraldo Inácio Filho (orgs). Campinas, SP: Autores Associados Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. (Coleção memória da educação).

_____ **Historia das idéias pedagógicas no Brasil**/ Dermeval Saviani. -2 edição Campinas, São Paulo: Autores associados, 2008- (Coleção memória da educação).

SOUZA, Rosa Fátima de (1998). **Templos de Civilização**. São Paulo, Editora da UNESP.

_____, 2009, **de Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade- arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP & A. 2001.

VIDAL, Gonçalves, Diana. **Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica**. In: VIDAL, Diana G. (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.